

BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS
AIRES - SUCURSAL SÃO PAULO

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES - SUCURSAL SÃO PAULO

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, a administração do Banco de la Provincia de Buenos Aires submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

O Banco de la Provincia de Buenos Aires encerrou o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 com resultado de R\$ 308 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 146 milhões.

A Administração adotou medidas para reversão do prejuízo apurado no primeiro semestre no Banco com redução na aplicação de operações de Ativos Financeiros indexado ao dólar e conforme a expectativa ocorreu reversão deste quadro no segundo semestre.

A Instituição

O Banco de la Provincia de Buenos Aires figura no mercado de câmbio com atuação na comercialização de produtos e serviços, através da realização de operações de câmbio.

No segmento de Middle Market, concentra operações de crédito nas modalidades de Conta Garantida, Capital de Giro e NCE - Nota de Crédito de Exportação.

No primeiro semestre de 2025, as operações do Banco de la Provincia de Buenos Aires se concentraram nas operações de crédito na modalidade de Capital de Giro e na diminuição da exposição das operações de derivativos, da qual o Banco havia registrado prejuízo pela desvalorização cambial.

No segundo semestre de 2025 o Banco de la Provincia de Buenos Aires seguiu diminuindo a exposição das operações de derivativos e aumentando a carteira de crédito, principalmente na modalidade de Capital de Giro, sendo que no final do primeiro semestre o total da carteira era R\$ 19,8 milhões e no final do segundo semestre R\$ 40,4 milhões.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se disseminado por toda Instituição, com estruturas compatíveis com à natureza e complexidade das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, por meio de processos, sistemas e efetivos controles no tocante à exposição aos riscos.

A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente e em perfeita harmonia na geração e preservação do valor econômico da Instituição.

Governança Corporativa

O Banco de la Provincia de Buenos Aires adota política de gestão corporativa com base em práticas de mercado com a disseminação em toda Instituição, alicerçadas nos princípios da ética, da transparência, do respeito e da equidade no relacionamento com clientes, parceiros, fornecedores e corpo funcional, sempre focado no contínuo aprimoramento do formato de gestão apoiados nas diretrizes e estratégias da Alta Administração.

Auditor Independente

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco de la Provincia de Buenos Aires para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Banco de la Provincia de Buenos Aires agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros e ao empenho de seus colaboradores.

São Paulo, 02 de abril de 2026

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas do
Banco de La Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de La Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto nas Resoluções nº 4.966/2021, do Conselho Monetário Nacional, e nº 352/2023, do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outro modo, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2026.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025
Circulante e Não Circulante		
Disponibilidades	4	3.977
Ativos financeiros		183.492
Ao custo amortizado		183.492
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5.a	98.556
Títulos e valores mobiliários	6.a	45.212
Operações de crédito	7.a	39.354
Outros Ativos financeiros	8.a	1.139
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.e	(769)
Ativos fiscais diferidos	9	580
Outros ativos	10	478
Imobilizado de uso		2.297
Intangível		258
(-) Depreciações e amortizações		(2.130)
Total do ativo		188.952

Passivo	Nota	2025
Circulante e Não Circulante		
Passivos financeiros		40.563
Ao custo amortizado		40.563
Obrigações por operações compromissadas	11.a	39.434
Obrigações por empréstimos e repasses	12.a	1.129
Outras Obrigações	13	395
Passivos Fiscais	14	214
Provisões		1.396
Passivos contingentes	15	1.396
Total do passivo		42.568
Patrimônio líquido	16	146.384
Capital social		112.033
Reserva legal		2.099
Reserva de lucros		32.252
Total do passivo e patrimônio líquido		188.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Demonstração do resultado do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre	2025
Receitas da intermediação financeira		13.476	24.066
Operações de crédito	7.h	3.140	5.080
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	6.998	13.087
Resultado de títulos e valores mobiliários	6.b	3.133	5.674
Resultado com operações de câmbio	8.b	205	225
Despesas da intermediação financeira		(3.491)	(14.430)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.d	(754)	(10.281)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(2.306)	(3.753)
Operações de Empréstimos e Repasses	12.b	(39)	(79)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(392)	(317)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.985	9.636
Outras receitas e despesas operacionais		(4.882)	(9.714)
Outras receitas operacionais	17	2	12
Despesas de pessoal	18.a	(1.998)	(4.049)
Despesas administrativas	18.b	(2.332)	(4.779)
Despesas tributárias	18.c	(489)	(726)
Outras despesas operacionais		(65)	(172)
Resultado operacional		5.103	(78)
Participação no Lucro		-	(74)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.103	(152)
Tributos sobre o lucro			
IRPJ e CSLL sobre apuração de resultado	19.a	(120)	(120)
IRPJ e CSLL sobre ativos diferidos	19.b	580	580
Resultado do semestre		5.563	308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração do resultado abrangente do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(em milhares de reais)

	Segundo semestre	2025
Resultado líquido do período	5.563	308
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	5.563	308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração das mutações do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reservas especiais de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	112.033	2.099	32.393		146.525
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966/21	-	-		(449)	(449)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	112.033	2.099	32.393	(449)	146.076
Resultado do semestre	-	-	-	308	308
Reserva especiais de lucros	-	-	(141)	141	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	112.033	2.099	32.252	-	146.384
Mutações do período	-	-	(141)	449	308
Saldos em 30 de junho de 2025	112.033	2.099	26.689	-	140.821
Resultado líquido do semestre	-	-	-	5.563	5.563
Reserva especiais de lucros	-	-	5.563	(5.563)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	112.033	2.099	32.252	-	146.384
Mutações do período	-	-	5.563	-	5.563

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração dos fluxos de caixa do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado líquido do semestre		5.563	308
Ajustes ao resultado líquido do período		620	1.345
Provisão (reversão) de provisões de passivos contingentes		182	935
Provisão (reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	392	317
Depreciação e amortização		46	93
(Aumento) / diminuição dos subgrupos dos ativos operacionais		(23.979)	(21.322)
(Aumento)/redução em Títulos e valores mobiliários	6	(3.134)	(5.675)
(Aumento)/redução em Instrumentos Financeiros Derivativos		321	-
(Aumento)/redução em Operações de créditos	7	(20.266)	(15.716)
(Aumento)/redução em outros ativos financeiros	8	(368)	(1.139)
(Aumento)/redução em ativos fiscais diferidos		(580)	-
(Aumento)/redução em outros ativos		48	1.208
(Aumento) / diminuição dos subgrupos dos passivos operacionais		20.194	11.127
Aumento/(redução) em Obrigações por operações compromissadas	11	20.336	15.928
Aumento/(redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	12	-	1.129
Aumento/(redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos		(1)	-
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros		(281)	-
Aumento/(redução) em outras obrigações		6	(471)
Aumento/(redução) em Passivos Fiscais		134	(5.459)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		2.398	(8.542)
(Aumento)/redução Imobilizado de uso		-	(9)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		-	(9)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.398	(8.551)
Caixa e equivalentes de caixa - início do semestre/exercício (nota 4)		100.135	111.664
Caixa e equivalentes de caixa - final do semestre/exercício (nota 4)		102.533	102.533
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.398	(9.131)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco" ou "Instituição"), localizado na Rua Líbero Badaró, 425 – 26º andar – São Paulo/SP que tem como controlador o Banco de la Provincia de Buenos Aires – Casa Matriz localizado na Rua Bartolomé Mitre 430 – Buenos Aires - Argentina tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos Bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e suas alterações, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A Diretoria declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional do Banco. O nível de arredondamento de valores monetários utilizados na apresentação das demonstrações financeiras é na casa de milhares.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

Adoção de Novas Normas e Interpretações:

Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

A Resolução CMN nº 4.966/21, introduziu novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros substituindo as normas anteriores que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

No exercício de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e
- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Classificação de Instrumentos Financeiros – Os critérios adotados para essa classificação se basearam no modelo de negócio definido pela Diretoria, considerando as características dos fluxos de caixas contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de “Somente Pagamento de Principal e Juros”. Nessas condições os instrumentos financeiros serão classificados nas categorias: **Custo Amortizado (CA)**: Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPJ), nele incluídas as operações de crédito, antecipação de recebíveis e cartão de crédito. Para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método de taxa de juros diferenciada e **Valor Justo no Resultado (VJR)**: Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPJ ou são geridos para venda em que se encontram classificadas as operações de câmbio e derivativos.

Em relação ao impacto das novas normas nos instrumentos financeiros, a mudança que ocorrerá é que na posição de Títulos Públicos que era classificado como Títulos mantidos até o vencimento passará a ser classificado como Custo Amortizado.

Ativos Problemáticos – estão considerados aqueles com atraso superior a 90 dias ou indicativos de que o recebimento não será integralmente honrado, observados os critérios definidos pela Resolução CMN 4.966/21 relativos ao atraso no pagamento, indicadores qualitativos das operações e das reestruturações. As **Renegociações e Reestruturações** das operações de crédito são realizadas com o objetivo de mitigar perdas e preservar o relacionamento com o cliente e são consideradas as mudanças nas condições contratuais e a intenção de evitar default da operação. Após a reestruturação, as operações são monitoradas para avaliação de cura e possível reclassificação para estágios de menor risco.

Stop Accrual – será aplicado para créditos inadimplidos há mais de 90 dias, considerando a avaliação de ativos problemáticos e os critérios quantitativos e qualitativos.

Não há, em 31 de dezembro de 2025, contratos em aberto com créditos inadimplidos há mais de 90 dias.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”, exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

A Lei 14.467/2022 trouxe alterações na dedução fiscal de perdas incorridas nas operações com características de concessão de crédito. Para a apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL e respectivos impactos, foram considerados o alongamento da dedução, a mensuração de créditos históricos baixados a prejuízo, a avaliação de saldos não deduzidos até 31/12/2024 e a projeção de inadimplência da carteira ativa.

Para fins fiscais, e como premissa, a receita só deixa de ser reconhecida após o inadimplemento do crédito. Com relação a Recuperação e Novação a recuperação de créditos é tributada integralmente no momento do evento, independentemente da liquidação financeira. A novação de dívidas seguiu critérios específicos para reconhecimento contábil e fiscal.

A Diretoria decidiu não constituir provisão para ativo fiscal diferido nesse semestre, considerando o cenário de variações negativas no mercado futuro.

Transição

De acordo com o Artigo 94, da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta Resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial, quando aplicável, foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados de 1º de janeiro de 2025.

Em 1º de janeiro de 2025, o Banco de La Provincia adotou a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação comparativa nas Demonstrações Financeiras referentes aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução.

Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme a Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	146.526
Provisão para Perdas Esperadas	(449)

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Patrimônio líquido, após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	146.077
--	---------

Provisão para Perdas esperadas	
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	3
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966/21	449
Saldo inicial de provisão para perda esperada - 01/01/2025	452

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Diretoria da Instituição que autorizou a emissão em 1º de abril de 2026.

3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são demonstrados no fluxo de caixa incluindo moedas nacional e estrangeira, reservas livres no Banco Central e investimentos de curto prazo de alta liquidez, como aplicações interfinanceiras de liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Instrumentos financeiros

Instrumentos Financeiros é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros são efetuadas de acordo com a Resoluções CMN nº 4.966/2021 e a BCB nº 352/2023 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da Instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I-) na categoria custo amortizado (CA), os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas:

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

II-) na categoria valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA), os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quando pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas:

III-) na categoria valor justo no resultado (VJR), os demais ativos financeiros.

As operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito foram classificadas na categoria custo amortizado.

Para estimar a perda esperada, o Banco utilizou técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o seu modelo de negócio, foi identificado dois grupos de ativos financeiros que são elegíveis a provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito: 1) “aplicações interfinanceiras de liquidez”, que pelo modelo de negócios do Banco, são operações com um prazo de vencimento curto, sempre inferior a 12 meses, que não requerem o desenvolvimento de uma metodologia específica para apuração das perdas esperadas. Essa avaliação está em conformidade com o artigo 40 da Resolução BCB nº 352/23. 2) “títulos e valores mobiliários”, que pelo modelo de negócio do Banco, são compostos apenas por títulos públicos federais, verificou-se que não se enquadram nos percentuais mínimos de provisão e não possuem histórico de defaults. Com base em estudo técnico da política de provisionamento, conclui-se pela não necessidade de provisionamento para riscos de crédito.

Passivo financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º, da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como “valor justo por meio de resultado” ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, o quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência das ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; e
- Contratos híbridos.

IV-) Taxa de Juros Efetiva (“TJEO”), é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuro estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

V-) Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ), na aplicação do teste SPPJ foram observados se os fluxos de caixa contratuais consistiram somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal e se as taxas praticadas não apresentavam oscilações substanciais que influenciavam nesses fluxos de caixa. Após a aplicação do teste SPPJ, concluiu-se que os fluxos de caixa das operações de crédito, câmbio e tesouraria atendem ao critério SPPJ, justificando sua classificação como Custo Amortizado. Para novos produtos, o teste será aplicado no momento da contratação, garantindo a conformidade com as normas regulatórias.

No Banco, para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de origem vinculadas aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método de taxa de juros efetiva. As operações de créditos originadas até 31 de dezembro de 2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis de 1 a 3 com base no grau de observável do valor justo.

i) Mensuração do valor justo – A mensuração a valor justo de títulos, envolve a avaliação desses títulos com base nos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. O preço cotado em mercado ativo é considerado a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste sempre que disponível. São 3 níveis de classificação hierárquico, conforme abaixo:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

Os títulos presentes na Instituição estão classificados como custo amortizado. Portanto, não estão sujeitos a marcação pelo valor justo.

Operação de crédito e provisão para perdas esperadas

Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A metodologia para constituição de provisão para perdas de crédito abrange as operações de crédito do Banco, que incluem empréstimos para capital de giro, repasses de recursos externos, e outras operações com características de concessão de crédito. Em conformidade com a regulamentação vigente, todas as operações de crédito cujo fluxo de caixa contratual compreende exclusivamente o pagamento de principal e juros são classificadas na categoria.

Estágio 1 – Ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito ou deterioração significativa em relação ao reconhecimento inicial. As perdas esperadas são mensuradas abrangendo um período de 12 meses subsequentes ao da data base a que se referem essas Demonstrações Contábeis Consolidadas;

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Custo Amortizado

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco, por estar enquadrado no Segmento 4 (S4), adota compulsoriamente a metodologia simplificada para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme o Art. 50 da referida resolução.

A Resolução BCB nº 352/23 detalha a estrutura de provisionamento para instituições que utilizam a metodologia simplificada. A provisão total é composta por diferentes camadas, garantindo a cobertura tanto das perdas já incorridas quanto das perdas esperadas futuras:

Provisão para Perdas Incorridas

Para ativos financeiros inadimplidos com atraso igual ou superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos, a instituição constitui uma provisão para perdas incorridas. O cálculo baseia-se na aplicação de percentuais definidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, que variam conforme o número de meses em atraso e a classificação do ativo (C1 a C5).

Adicionalmente, conforme a Resolução BCB nº 352/23, Art. 77, para ativos financeiros cuja contraparte seja uma pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão deve corresponder a 100% do valor contábil bruto do ativo a partir da data de decretação da falência.

Provisão Adicional para Perdas Esperadas

Complementarmente à provisão para perdas incorridas, o Art. 78, da Resolução BCB nº 352/23, é exigido a constituição de uma provisão adicional para perdas esperadas. Esta provisão é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos e se aplica a: operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de arrendamento financeiro, valores a receber de transações de pagamento com usuários finais, outros ativos financeiros originados de renegociação das operações acima; e valor contratual para operações de adiantamento de contrato de câmbio.

O cálculo desta provisão adicional segue os seguintes critérios:

1. Operações não caracterizadas como ativo com problema de recuperação de crédito: Aplicação dos percentuais definidos no Anexo II da resolução, que variam por carteira e período de atraso (de 0 a 90 dias).
2. Operações caracterizadas como ativo com problema de recuperação de crédito, não inadimplidas: Aplicação de percentuais fixos, que variam de 10,0% (Carteira C1) a 53,4% (Carteira C5).
3. Operações inadimplidas: Aplicação de percentuais fixos adicionais, que variam de 3,4% (Carteiras C2 e C5) a 4,5% (Carteiras C1 e C4).

Ainda, conforme a Resolução BCB nº 352/23, em seu Art. 79, a instituição deve registrar de forma segregada as provisões para perdas incorridas, a provisão adicional e, se necessário, uma terceira parcela correspondente à perda esperada apurada internamente que exceda o somatório das duas provisões mínimas regulatórias. A provisão total está limitada a 100% do valor contábil bruto da operação.

Renegociação e reestruturação

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Durante o primeiro semestre de 2025 não ocorreram renegociações ou reestruturações no Banco.

Títulos e valores mobiliários

O Banco mantém os títulos e valores mobiliários qualificados conforme as Resoluções CMN 4.966/21, BCB 352/23 e regulações complementares, estando todos classificados como Custo Amortizado (CA): Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais.

De acordo com a Diretoria, o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a manutenção em carteira até o vencimento dos títulos e valores mobiliários.

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Resolução 4.966/21, os instrumentos financeiros derivativos, ou seja, cujo valor varia em decorrência de mudanças em determinada taxa de juros, preço de outro instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, e que não requer investimento líquido inicial ou o investimento líquido inicial é pequeno em relação ao valor do contrato e cuja liquidação ocorrerá em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com o modelo de negócios do Banco, na data do início da operação, levando-se em consideração que sua finalidade é para proteção contra risco (hedge).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do semestre e exercício;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Corrente

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota base de 20%.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Diferido

Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Diretoria.

f. Conversão de moeda estrangeira para atualização de posições

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações financeiras, em conformidade com a natureza das respectivas contas patrimoniais.

g. Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%.

h. Intangível

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são revistas periodicamente e, quando aplicável, são reconhecidas no resultado. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

j. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

k. Ativos e passivos contingentes

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009 do CMN, e Instrução Normativa BCB nº 319/2022, como segue:

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Diretoria possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas.
- Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis são reconhecidos contabilmente, e são divulgados nas notas explicativas enquanto os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

I. Participações sobre o lucro no semestre

O Banco possui um programa de participação nos lucros e resultados homologados pelo Sindicato dos Bancários, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não haverá participação nos lucros.

m. Resultado por ação

Lucro por ação: o resultado do semestre por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o semestre.

n. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O Banco não apresentou até 31 de dezembro de 2025 resultados não recorrentes, ou seja, qualquer resultado que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e/ou não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compostos por Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e Aplicações interfinanceiras de liquidez, sem risco significativo de mudança de valor.

	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	3.977
Disponibilidades em moeda nacional	182
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.795
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5.a)	<u>98.556</u>
Total Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>102.533</u></u>

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>31/12/2025</u>
Operações compromissadas – posição bancada	70.335
Operações compromissadas – posição financiada	<u>28.221</u>
Total	<u>98.556</u>

As aplicações compromissadas do Banco possuem rendimento baseado na taxa Selic. Os vencimentos estão substancialmente concentrados no curto prazo. Conforme nota 3.d, a Diretoria avalia que não é necessário a constituição de provisões tendo em vista que as operações são lastreadas por títulos público que não possuem histórico de inadimplência.

b. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Rendas de aplicações em operações compromissadas	<u>6.998</u>	<u>13.087</u>
Total	<u>6.998</u>	<u>13.087</u>

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários – Custo amortizado

<u>31/12/2025</u>	<u>Até 03 meses</u>	<u>Valor contábil</u>
Mantidos até o vencimento		
Letras Financeiras do Tesouro	<u>45.212</u>	<u>45.212</u>
	<u>45.212</u>	<u>45.212</u>

b. Resultado de títulos e valores mobiliários

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Rendas de títulos de renda fixa	<u>3.133</u>	<u>5.674</u>
	<u>3.133</u>	<u>5.674</u>

c. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e/ou de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da Diretoria do Banco.

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão divulgadas diariamente através de seus boletins.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

i. Contratos de mercado futuro

Representados por contratos de mercado futuro que são registrados pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação de taxas pactuadas. Essas operações foram custodiadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

	<u>Valor de Referência</u>	<u>Ajuste diário a receber / (pagar)</u>
Contratos de futuros		
Posição Comprada no início do semestre		
Dólar	47.749	(281)
Total posição comprada	47.749	(281)
Posição Comprada no final do semestre		
Dólar	-	-
Total posição comprada	-	-

Os valores a pagar de transações com contratos de futuros estão registrados na rubrica “Negociação de intermediação de valores” no Passivo, enquanto os valores a receber estão registrados na rubrica de “Negociação de intermediação de valores” no Ativo do balanço patrimonial.

No final do semestre as operações com contratos de mercado futuro haviam sido encerradas.

Margem de garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão e em *Clearing* de câmbio, como objeto de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos.

<u>Descrição</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>
B3 S.A		
Garantia (LFT)	115	2.080
<i>Clearing</i> de câmbio		
Garantia (LFT)	100	1.808
	215	3.888

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - contratos de mercado futuros	(754)	(10.281)

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito

	<u>31/12/2025</u>
Operações de crédito	
Capital de giro	39.354
Total	<u>39.354</u>

	<u>31/12/2025</u>
Operações de câmbio	
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 8.a)	1.139
Total	<u>1.139</u>

Total geral	<u><u>40.493</u></u>
--------------------	----------------------

b. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>31/12/2025</u>
Setor privado:	
Indústria	40.493
Total da carteira	<u><u>40.493</u></u>

c. Composição da carteira de crédito por vencimento

	<u>31/12/2025</u>
A vencer	
Até 30 dias	1.823
De 31 a 60 dias	8.457
De 61 a 90 dias	1.445
De 91 a 180 dias	15.880
De 181 a 360 dias	6.243
Acima de 360 dias	6.645
	-
Total da carteira	<u><u>40.493</u></u>

d. Composição da carteira de crédito por concentração dos maiores devedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
A vencer	Valor	%
Maior devedor	18.115	45%
Demais devedores	22.378	55%
Total da carteira	<u><u>40.493</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 está apresentado entre o seguinte nível de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>A vencer</u>	<u>Vencidas</u>	<u>Total</u>	<u>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</u>
C4	40.493	-	40.493	769
Total	40.493	-	40.493	769

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	<u>31/12/2025</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3)
Adoção da Res. CMN nº 4.966/21	(449)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(452)
Constituição de provisão	(445)
Reversão de provisão	128
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(769)

g. Renegociação e recuperação de créditos baixados contra prejuízo

Não houve renegociação de créditos que se encontravam baixados contra prejuízo.

h. Rendas com operações de crédito

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Rendas de empréstimos	3.140	5.080
Saldo final	3.140	5.080

8. Outros Ativos financeiros

a. Operações de Câmbio

	<u>31/12/2025</u>
Adiantamento de contrato de câmbio	1.139
	1.139

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

b. Resultado de operações de Câmbio

	Segundo semestre	31/12/2025
Rendas de operações de Câmbio	78	505
Despesas de operações de Câmbio	(322)	(323)
Rendas de Variações e Diferenças de taxas	2.157	4.744
Despesas de Variações e Diferenças de taxas	<u>(1.708)</u>	<u>(4.701)</u>
	<u>205</u>	<u>225</u>

9. Ativos fiscais diferidos

Referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e serão realizados à medida que se tornarem dedutíveis. A natureza e base dos ativos fiscais diferidos estão demonstrados na nota 19.b

	31/12/2025
Imposto de Renda	322
Contribuição Social	<u>258</u>
	<u>580</u>

10. Outros ativos

	31/12/2025
Antecipação de impostos e contribuições	411
Despesas antecipadas	5
Outros	<u>62</u>
	<u>478</u>

11. Obrigações por operações compromissadas

a. Operações Compromissadas

	31/12/2025
Operação Compromissada (*)	<u>39.434</u>
	<u>39.434</u>

(*) No Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo há operações de *Funding*, usando parte dos Títulos Públicos como garantia das operações. Os vencimentos não são superiores a interfinanceiras e nem vencem após estas, para os montantes alocados nas interfinanceiras - posição financiada.

b. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	Segundo semestre	31/12/2025
Despesas de operações compromissadas - Carteira de Terceiros	<u>(2.306)</u>	<u>(3.753)</u>
	<u>(2.306)</u>	<u>(3.753)</u>

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

a. Obrigações em Moeda Estrangeira

	<u>31/12/2025</u>
Exportação, até 360 dias	1.129
	<u>1.129</u>

b. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Despesa de Obrigação com Banqueiro	(39)	(79)
	<u>(39)</u>	<u>(79)</u>

13. Outras obrigações

	<u>31/12/2025</u>
Contas a pagar	225
Salários e encargos sociais	170
	<u>395</u>

14. Passivos Fiscais

	<u>31/12/2025</u>
Impostos e contribuições a recolher	214
	<u>214</u>

15. Provisões

Passivos contingentes

A Diretoria, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais e, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação das contingências	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	1.214
Constituição	182
Baixa	-
Saldo final	<u>1.396</u>

Composição da provisão para passivos contingentes

Provisão para passivos contingentes – Perda Provável	31/12/2025
Demandas trabalhistas	518
Provisão para passivos contingentes – Perda Possível	31/12/2025
Demandas fiscais	878

Adicionalmente, não existem outras demandas judiciais referente as esferas cível, fiscal, administrativo ou criminal cujo Banco esteja como polo passivo.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social tem o saldo inteiramente integralizado em moeda corrente nacional e em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 112.033.

b. Destinação do resultado

O resultado auferido no exercício não alcançou lucros, motivo pelo qual não há proposição de distribuição de resultado.

17. Outras receitas operacionais

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Recuperação de encargos e despesas	2	12
	<u>2</u>	<u>12</u>

18. Outras despesas operacionais

a. Despesas de pessoal

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Benefícios	(883)	(1.943)
Encargos sociais	(282)	(528)
Proventos	(831)	(1.574)
Treinamento	(2)	(4)
	<u>(1.998)</u>	<u>(4.049)</u>

b. Despesas administrativas

	<u>Segundo semestre</u>	<u>31/12/2025</u>
Depreciação e Amortização	(46)	(94)
Despesas de Comunicação	(315)	(731)
Despesas de Condomínio	(66)	(132)
Despesas de Diretoria (**)	(428)	(801)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(81)	(180)
Despesas de Processamento de dados	(908)	(1.869)
Despesas de Segurança e Vigilância	(87)	(172)
Despesas de Serviços de Terceiros	(74)	(143)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(235)	(456)
Despesas de Sistema Financeiro	(39)	(87)
Despesas de Transporte	(18)	(31)
Outras Despesas Administrativas	(35)	(82)
	<u>(2.332)</u>	<u>(4.779)</u>

(**) Refere-se remuneração da Diretoria conforme Nota Explicativa nº 20.a

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

c. Despesas tributárias

	Segundo semestre	31/12/2025
COFINS	(415)	(604)
ISS	(1)	(2)
PIS	(67)	(98)
Tributos federais	(2)	(5)
Tributos municipais	(4)	(17)
	(489)	(237)

19. Tributos sobre o lucro – Correntes e Diferidos**a. Correntes**

	2º Semestre		31/12/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	5.103	5.103	(152)	(152)
Despesas indedutíveis/receitas não tributadas	455	455	475	475
Base de cálculo dos impostos antes da compensação de prejuízos	5.557	5.557	0	0
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(5.234)	(5.234)	323	323
Base de cálculo dos impostos após a compensação de prejuízos	323	323	323	323
Total de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social após a provisão	55	65	55	65
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Alíquota efetiva	17,03%	20%	17,03%	20%

b. Diferidos

Considerando as disposições da Resolução CMN nº 4.842/2020, divulgamos abaixo os saldos do ativo fiscal diferido ativados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>BASE</u>	<u>31/12/2025</u>		<u>Total</u>
		<u>IRPJ (25%)</u>	<u>CSLL (20%)</u>	
Diferença temporárias ativa	769	192	154	346
Diferença temporárias Passiva	519	<u>130</u>	<u>104</u>	<u>234</u>
Total		322	258	580

A base de cálculo das Diferença temporárias ativa e passivas é composta:

Provisão para perdas associadas a Risco de Crédito nota 7 "e"	769
Passivos contingentes Passivos Trabalhistas	519

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas

Para atendimento da Resolução nº 4.818/20, foi definido, como pessoal chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria.

a. Remuneração da Administração e Dividendos:

	<u>Receita / (Despesa)</u> <u>Segundo semestre</u>	<u>Receita / (Despesa)</u> <u>Dezembro/2025</u>
Despesas com Diretoria	(428)	(801)
Total	(428)	(801)

b. Transações com Partes Relacionadas:

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, o Banco de la Provincia de Buenos Aires – Buenos Aires, de capital exclusivamente público e controlado pelo Governo da Província de Buenos Aires na Argentina.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2025:

Em Moeda Estrangeira

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo	
Obrigações por empréstimos	<u>200</u>
	200
Resultado*	
Receitas	-
Despesas	<u>(5)</u>
	(5)

Em Moeda Nacional

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo	
Obrigações por empréstimos	<u>1.100</u>
	1.100
Resultado	
Despesas	<u>(29)</u>
	(29)

*Conversão realizada pela taxa Ptax de Compra em 31/12/2025.

21. Gestão de risco

O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional da Instituição, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos.

As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias.

As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações.

b. Risco operacional

O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas.

Entre os eventos de risco operacional se incluem:

- (i) fraude interno;
- (ii) fraude externo;
- (iii) relações trabalhistas e segurança no trabalho;
- (iv) dano aos ativos físicos;
- (v) falhas em TI;
- (vi) execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos.

c. Risco de mercado

O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha uma instituição financeira. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (*commodities*).

Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são:

- Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos.

Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR.

- Relatório gerencial diário remetido a Gerência de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal.

Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna.

O sistema utilizado pelo banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR.

c.1 Análise de Sensibilidade

Atualmente o Banco de la Provincia de Buenos Aires atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos Bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do Balanço do Banco em 31 de dezembro de 2024 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos – Aplicações e Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós-fixadas do instrumento mesmo que com choques relevantes de cenário não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de risco cambial.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde a saldos em atraso renegociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Seguem abaixo os possíveis impactos no resultado gerados pelos cenários de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição na data base:

Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		I	II	III
Taxa juros prefixada PRE (% aa.)	Variações taxa de juros prefixada	-288.580	-2.171.102	2.512.410
Cupons de Moeda Estrangeira	Variação cambial	-76.100	1.902.512	-1.902.512
Total		-364.680	-268.590	609.898

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Cenários			
	dez-25	I	II	III
Patrimonio Líquido	149.946.162	149.581.482	149.677.572	150.556.060
Resultado do exercício	-284.048	-648.728	-552.638	325.850
R.O.E. (anualizado)	-0,2%	-0,4%	-0,4%	0,2%

De acordo aos testes de estresse efetuados, baseados nos cenários (I), (II) e (III), observam-se os seguintes impactos nos resultados: i) milh. R\$ (649), ii) milh. R\$ (552) e milh. R\$ 326.

Cenário (I): Realizado com as projeções divulgadas pelo relatório Focus do Banco Central

Cenário (II): Realizado considerando um aumento de 50% nos fatores de risco

Cenário (III): Realizado considerando uma diminuição de 50% nos fatores de risco

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira da instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como:

- (i) Plano de contingência de liquidez: estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz;
- (ii) Sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio;
- (iii) Controle de esgotamento do caixa: o esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo.

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvam.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

e. Risco de capital

Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de:

- (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No marco da Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial.

f. Índice de Basileia

Pilar III	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	146.384
PR mínimo para RWA	5.763
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	152.147
IB - Índice de Basileia	203%
Valor Correspondente ao RBAN	4.676
Margem Patrimônio de Referência - com RBAN	156.823

22. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Banco não prestou no semestre outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e tampouco exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

23. Outros assuntos

Em 26 de dezembro de 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 224/25 que dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União. Neste quesito, houve a majoração das Alíquotas de CSLL para 20%, para os bancos de qualquer espécie. A Diretoria avalia que não há impactos esperados tendo em vista o recolhimento, pela Instituição, do teto de contribuição.

24. Eventos subsequentes

Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº214, que regulamenta a reforma tributário sobre o consumo, instituindo o IBS, a CBS e o IS, os quais substituirão gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. O período de transição iniciou 1º de janeiro de 2026, caracterizando-se como fase de testes, com exigência de cumprimento de obrigações acessórias, sem recolhimento efetivo de IBS e CBS no exercício de 2026. O Banco acompanha a evolução da regulamentação e avalia os impactos operacionais, fiscais e tecnológicos decorrentes da implementação do novo sistema, cuja transição se estenderá até 2033.